SUMÁRIO

PREFÁCIO
Benjamin Zymler 13

APRESENTAÇÃO 15

PARTE I

CAPÍTULO 1
APONTAMENTOS SOBRE A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA
Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira 21
Introdução 21
Conceitos básicos e aspectos gerais sobre a gestão pública socioambiental 22
A gestão pública socioambiental no Brasil – O exemplo do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) 31
Breve exposição sobre o modelo de gestão pública socioambiental do governo americano 33
Conclusão – Em busca da efetividade da gestão socioambiental na Administração Pública brasileira 36
Referências 41

CAPÍTULO 2
USO RACIONAL DOS RECURSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Marcos Weiss Bliacheris 45
Introdução 45
A gestão socioambiental da Administração Pública e o uso racional dos recursos naturais 46
O uso racional dos recursos naturais 48
O uso racional dos recursos naturais e o princípio da eficiência 49
A vedação ao desperdício 49
Eficiência e eficácia estatal 50
Gestão e o uso racional dos recursos naturais 51
Legislação e o uso racional dos recursos naturais 54
Lei nº 12.187/09 54
Lei nº 12.305/10 54
Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 55
Água 57
Energia elétrica 57
O uso racional dos recursos naturais na prática 58
Água 59
Energia 60

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Papel 61
Impressão 62
Conclusão 62
Referências 63

CAPÍTULO 3
O COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL DO ESTADO NA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS
Teresa Villac Pinheiro Barki 65
1 Introdução 65
2 Políticas nacionais de saneamento e resíduos sólidos 67
3 A responsabilidade do Estado como poluidor – Como avançar 69
4 Mecanismos de gestão pública socioambiental na destinação de resíduos 70
4.1 Coleta seletiva na Administração Pública Federal — O Decreto nº 5.940/06 70
4.1.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Pró-Catador e seus reflexos na gestão ambiental dos resíduos do setor público 72
4.1.2 Críticas ao Decreto nº 5.940/06 73
4.1.3 Ação propositiva – Inclusão social com saúde das cooperativas e associações de catadores parceiras do poder público 74
5 A gestão ambiental de resíduos e suas problemáticas 75
5.1 Pneus 76
5.2 Resíduos de serviços de saúde 76
5.3 Lâmpadas fluorescentes – Passivo ambiental a ser enfrentado 76
5.4 Esgoto de prédios públicos 78
5.5 Rejeitos radioativos 79
6 O estado da arte – A conjugação dos ideais de sustentabilidade com mecanismos efetivos de implementação 80
Referências 81

CAPÍTULO 4
LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUNDAMENTOS JURÍDICOS PARA A SUA EFETIVIDADE
Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira 83
1 Introdução 83
2 Bases constitucionais para as licitações sustentáveis 86
3 Os Tratados Internacionais como fundamento para as licitações sustentáveis 88
4 As bases legais – A lei de resíduos sólidos – A lei da política nacional de mudança climática – A alteração no art. 3º da Lei de Licitações – O recente regime diferenciado da Copa do Mundo e Olimpíadas 89
5 As bases infralegais – A Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e o Decreto Presidencial nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 99

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6 Conclusão 102
Referências 104

CAPÍTULO 5
PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NO SERVIÇO PÚBLICO
Elizabeth Portanova Mendes Ribeiro da Rocha 107
Teste t dos domínios 109
Demonstração dos domínios 110
Domínio físico (1) 110
Facetas do domínio físico 111
Domínio psicológico (2) 112
Facetas do domínio psicológico 112
Domínio do nível de independência (3) 114
Facetas do domínio do nível de independência 115
Domínio das relações sociais (4) 116
Facetas do domínio das relações sociais 116
Domínio do ambiente (5) 117
Facetas do domínio do ambiente 118
Domínio da espiritualidade (6) 120
Absenteísmo 121
Grupo I 121
Grupo II 122
Grupo III 122
Grupo IV 123
Absenteísmo geral 124
Referências 130

CAPÍTULO 6
O FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE EM FACE DO TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL
Érika Pires Ramos, Isis Akemi Morimoto 131
1 Introdução 131
2 Educação ambiental – Fundamento constitucional no direito internacional e no direito interno brasileiro 132
3 O papel da Educação Ambiental do IBAMA no contexto da gestão pública e do fortalecimento do SISNAMA 140
3.1 Combate ao tráfico de animais silvestres 142
3.2 Defesa das florestas e debates sobre o Código Florestal Brasileiro 144
3.3 Gestão de resíduos sólidos 147
3.4 Apoio a iniciativas educacionais de outras instituições 148
4 Conclusão 149
Referências 150

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

PARTE II

CAPÍTULO 7
EXPERIÊNCIA DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P NO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Geraldo Vitor de Abreu, Aida Rodrigues Feitosa, Luiz da Motta 155
Apresentação 155
Histórico 156
Legislação 158
Ações e etapas de implementação da A3P 160
Monitoramento e avaliação da iniciativa 164
Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados 164
Principais obstáculos e soluções adotadas 167
Fatores críticos de sucesso 167
Estratégias do MMA para expansão da rede 168
A experiência interna da A3P no MMA 169
Recursos humanos 170
Recursos financeiros 170
Conclusão 170
Referências 171

CAPÍTULO 8
AUDITORIA AMBIENTAL – O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL FEDERAL
Fernando Antonio Dorna Magalhães 173
Introdução 173
1 Conceitos adotados 175
2 Tipos de auditoria ambiental na gestão pública federal 178
3 Exemplos de auditorias ambientais executadas pelo TCU 181
4 Perspectivas e tendências para a auditoria da gestão ambiental pública 187
Conclusão 191
Referências 192

CAPÍTULO 9
PROGRAMA A3P NA ATIVIDADE CORREICIONAL – UMA PROPOSTA PARA AFERIR A CONCRETIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Ademar Passos Veiga, Daniela Figueira Aben-Athar 195
Parceria entre integrantes do Programa A3P e a CGAU 198
Do relatório consolidado de gestão do TCU no exercício de 2010 202
O papel do advogado público nas licitações sustentáveis 204
Parâmetros objetivos para o controle da atuação funcional do advogado público 206

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 10
A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMO CAMINHO PARA AS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS – UMA ANÁLISE DOS CENÁRIOS NORMATIVOS BRASILEIRO E EUROPEU
Alexandra Albuquerque Maciel, Marcela Albuquerque Maciel 213
1 Introdução 213
2 Estado e meio ambiente 214
2.1 O Estado frente ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado 214
2.2 Instrumentos de política ambiental 217
3 Construções sustentáveis e a eficiência energética 219
3.1 Cenário normativo brasileiro 221
3.2 Cenário normativo europeu 225
4 Conclusões 229
Referências 230

CAPÍTULO 11
A SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO INMETRO
Maria Teresa Rodrigues Rezende, Andréa Santini Henriques, Maria Aparecida Martinelli 233
1 Introdução 233
2 O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade no contexto do comércio internacional 235
2.1 O Processo de construção 239
2.2 O estabelecimento das normas técnicas 240
2.3 O estabelecimento dos procedimentos de acreditação e de avaliação da conformidade 241
3 Os Programas de Avaliação da Conformidade com foco na sustentabilidade 243
3.1 O Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor) 243
3.2 O Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social (PBCRS) 248
4 Conclusão 254
Referências 255

CAPÍTULO 12
A ISO 26000 E O FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
Ana Maria Castro Borges, Andréa Santini Henriques, Jacimara Guerra Machado 257
1 Introdução 257
2 A ISO 26000 259
2.1 A ISO 26000 – Processo de construção 260
2.2 Visão geral do conteúdo da ISO 26000 261
3 O Fórum Governamental de Responsabilidade Social 270
3.1 Temas desafiantes – Compras públicas sustentáveis e Rio + 20 272

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.1.1 Compras públicas sustentáveis no Brasil – Um desafio para todos 273
3.1.2 Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 274
4 Conclusão 275
Referências 276

CAPÍTULO 13
PARA ALÉM DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL
Patricia Amorim 277
A adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações – Medição de seus impactos na realidade 278
Mudança de modelo de contratação de equipamentos multifuncionais – Impactos ambientais e econômicos 281
As externalidades positivas das licitações sustentáveis 284

CAPÍTULO 14
É PAPEL DO ESTADO – MUDAR PARA PROMOVER A SUSTENTABILIDADE
Fábio Pontes Coelho 287
Introdução 287
Por que a situação é insustentável 287
Os desafios e as oportunidades 289
Referências 298

CAPÍTULO 15
PRÁTICAS DA A3P
José Carlos Souza de Amorim 299
A3P nas correições ambientais 302
Correição realizada na Procuradoria Regional Federal do estado de Roraima 302
Correição realizada na Procuradoria Federal do Estado do Mato Grosso do Sul 303
Correição realizada na Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura 304
Correição realizada na Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG 304
Correição realizada na Procuradoria Federal do Estado de Goiás 304
Correição realizada na Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS 305
Correição realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 305
Correições realizadas nas Universidades Federais 307
Reuniões de sensibilização 307
Conclusão 308

SOBRE OS AUTORES 309

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br